

MOÇÕES APROVADAS NO 22º CONEG DA UBES

Moção de Solidariedade

Sarah, sua luta contínua: Por justiça, igualdade e socialismo!

Aos familiares, amigos, e companheiros de luta de Sarah Silva Domingues, Reunidos no dia 16 de março de 2024 no Conselho Nacional de Entidades Gerais, os delegados representantes das entidades de base e diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas se solidarizam profundamente com todos aqueles que foram tocados pela vida e pelo legado de Sarah Silva Domingues. Sua partida prematura representa não apenas a perda de uma valiosa militante e amiga, mas também um golpe para a luta por justiça social, igualdade e socialismo. Sarah, uma jovem revolucionária cujo compromisso com os direitos da juventude, educação de qualidade, moradia digna e fim do capitalismo a destacou como uma voz poderosa em nossa comunidade. Seu engajamento ativo no movimento estudantil brasileiro, representando os estudantes na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), seu trabalho incansável como estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e sua militância política revolucionária na União da Juventude Rebelião (UJR) ecoarão como um exemplo de dedicação e coragem. Neste momento de dor e indignação, nós nos solidarizamos com todos aqueles que compartilham do sonho de Sarah de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Seu compromisso com a luta pelos direitos humanos e sua incansável busca por justiça ecoarão em nossas ações e nos inspirarão a continuar avançando em direção a um mundo melhor. Expressamos nossa mais profunda solidariedade aos familiares e amigos de Sarah, cuja perda é sentida não apenas por eles, mas por toda uma comunidade que reconhece o valor de sua contribuição. Seu legado permanecerá vivo em nossos corações e em nossa luta diária por um mundo mais justo e humano. Que possamos seguir adiante, mantendo a chama da luta acesa, em memória de Sarah Silva Domingues e de todos aqueles que dedicaram suas vidas à causa da justiça e da igualdade. Solidários em luta, Conselho Nacional de Entidades Gerais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

16 de março de 2024

Moção de Defesa da Escola de Tempo Integral

Considerando que a educação é um direito fundamental que deve ser acessível a todos, independentemente de sua origem socioeconômica; Reconhecendo que a escola de tempo integral é uma proposta pedagógica que visa oferecer uma formação mais abrangente e diversificada, que não se limita ao ensino acadêmico, mas abarca o desenvolvimento social, físico e afetivo do aluno; Lembrando que Darcy Ribeiro, um dos mais influentes educadores brasileiros, defendeu veementemente a ideia de uma escola pública de educação integral, implementada nos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), que ele chamava de "escola de ricos para pobres", proporcionando acesso a uma educação de qualidade com atividades diversificadas e alimentação inclusa; Reafirmando o compromisso de Leonel Brizola com a educação pública de qualidade, que, inspirado por Anísio Teixeira, buscou implementar um modelo de escola pública de horário integral, visando não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o social, físico e afetivo dos alunos; E considerando as contribuições de outros pensadores como Anísio Teixeira, que defendeu a escola como espaço de exercício da democracia e formação integral dos estudantes, e Paulo Freire, que enfatizou a importância de uma educação que promova a conscientização e a transformação social; Resolve-se: 1. Defender a implementação e manutenção de escolas de tempo integral em todo o território nacional, como forma de garantir uma educação que esteja em consonância com os princípios de igualdade, democracia e desenvolvimento humano integral. 2. Incentivar políticas públicas que ampliem o orçamento destinado à educação, assegurando recursos suficientes para a infraestrutura, materiais didáticos, formação de professores e programas de alimentação escolar. 3. Promover a integração de atividades extracurriculares, como artes, esportes e tecnologia, no currículo escolar, para estimular o desenvolvimento de habilidades múltiplas e a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade. 4. Assegurar que a escola de tempo integral seja um espaço de acolhimento e inclusão, onde todas as crianças e adolescentes possam desenvolver seu potencial plenamente, independentemente de suas condições sociais. 5. Estabelecer parcerias com a comunidade e instituições privadas para enriquecer o ambiente educacional e oferecer oportunidades de aprendizado que vão além das salas de aula. Conclui-se que a escola de tempo integral é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada indivíduo tem a oportunidade de se desenvolver plenamente e contribuir para o progresso coletivo.

16 de Março de 2024

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A OPERAÇÃO ESCUDO - UPES

Nos últimos meses estamos vivenciando uma triste realidade para os estudantes e a juventude da Baixada Santista. Novamente nos encontramos na mira da violência sistêmica promovida pela polícia militar do governo do estado de São Paulo, sob a responsabilidade de Tarcísio de Freitas. No ano de 2023 ocorre a "Operação Escudo". Trata-se de um conjunto de ações de retaliação da polícia para com as comunidades e periferia da cidade do Guarujá devido à morte de um policial na região. Tamanha ação desmedida, resultou na morte de 28 civis, gerando danos irreparáveis às famílias envolvidas e nossas comunidades. Já no ano de 2024 estamos passando por uma nova onda de violência policial, majoritariamente nas periferias de Santos e de São Vicente. Velada sob uma pretensa "Luta Contra as Drogas" o que vem ocorrendo, a mando do governador Tarcísio de Freitas, junto às milícias, é a continuidade de um projeto genocida que assassina sobretudo nossa juventude preta e pobre das periferias. Neste momento são mais de 43 mortes por toda extensão territorial. Não querem acabar com as drogas, querem tirar o nosso direito à vida. A União Paulista dos Estudantes Secundaristas se opõe e condena veementemente toda essa violência e mortes, bem como a qualquer forma de abuso de poder por parte das forças armadas do estado de São Paulo incluindo agressões físicas, discriminação racial, detenções arbitrárias e uso excessivo de força, especialmente contra jovens, pessoas negras, moradores de periferias e estudantes; Por essa razão, reivindicamos que as autoridades adotem medidas concretas para prevenir e punir esses casos de violência policial, garantindo a devida responsabilização legal dos perpetradores. Exigimos um posicionamento do governador, Tarcísio de Freitas e o Comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, o coronel Cássio Araújo de Freitas, tenente-coronel Leonardo Akira Takahashi que assume a Rota e o novo comandante do Choque, Gentil Epaminondas de Carvalho Júnior. Além disso, acreditamos que é preciso que a sociedade civil organizada e os movimentos sociais articulem-se em uma frente capaz de apresentar e pautar uma nova política de Segurança Pública para o estado. Demandamos de investimentos em políticas públicas que promovam a inclusão social, o acesso à educação de qualidade, oportunidades de emprego e habitação digna, como meio de combater as raízes estruturais da violência e da desigualdade; A operação escudo chegou a um nível alarmante nas nossas cidades da baixada, diversas pessoas sofrendo agressões, abusos, sendo assassinados, trabalhadores e jovens sendo violentados por esse regime que está sendo implementado nas cidades litorâneas. Alguns dos nossos se foram por repressão militar, seja durante a ditadura ou até mesmo mais recentemente, exemplo: o jovem Luiz Gustavo Costa Campos, estava a caminho da casa de um amigo que iria o acompanhar até o dentista, o jovem de apenas 15 anos segundo depoimentos de vizinhos (ele foi arrastado até um matagal perto da residência e morto pela polícia). Matheus Cardoso estudante do CEFET foi outra vítima das ações da polícia militar, morto durante uma troca de tiros entre bandidos e policiais. A força militar desse governo genocida não liga para quem estão apontando as suas armas, a lei da polícia sempre foi clara "alguém tem que pagar" e muito dos casos somos nós, estudantes, jovens, negros que pagamos por isso. A União Paulista Dos Estudantes Secundaristas repudia toda e qualquer repressão vinda da polícia militar e de qualquer outro tipo de instância. Seguiremos na luta pela paz em nossas quebradas, pela qualidade da educação pública e contra qualquer tentativa de militarização das nossas escolas. Paz nas quebradas. Democracia nas escolas.

16 de Março de 2024

Escola não é quartel: pelo fim das escolas Cívico Militares

A militarização das escolas representa uma profunda e grave ameaça ao caráter emancipador que a educação deve possuir. No ano de 2019, o então presidente Jair M. Bolsonaro implementou o PECIM (Programa de Escolas Cívico Militarizadas), transformando drasticamente a vida de milhares de estudantes brasileiros. O programa possuía como objetivo a melhora dos índices de aproveitamento e de qualidade de ensino. Entretanto, a implementação do programa, além de não atingir os objetivos propostos, afetou a qualidade do ensino ofertado pelas escolas incluídas no projeto político-educacional do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além da enorme perda na qualidade do conteúdo, a presença de militares nas escolas gerou insegurança, com inúmeros relatos de casos de censura, repressão a movimentos culturais, relatos de abuso de autoridade, assédio e até mesmo casos de agressão contra os estudantes. No início do atual governo, em 2023, o PECIM foi encerrado a nível nacional, porém, 18 estados e o Distrito Federal optaram por manter o programa e até mesmo ampliá-lo, o que representa um ataque à escola dos nossos sonhos. A alocação de militares despreparados nas escolas, impacta o caráter transformador e emancipador do ensino. Quando o ambiente escolar se torna desagradável, ou tomado pelo sentimento de medo o estudante se sente desmotivado e desconectado da realidade em que está inserindo, dificultado a construção de consciência crítica e afastando-o de lugares de prestígio como a produção científica, ou até mesmo da possibilidade de ter sua vida transformada pela educação. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, enquanto principal entidade representativa dos estudantes do ensino básico, tem o dever de pautar a luta contra a militarização das escolas, mobilizando os discentes de todo o país pelo fim da militarização nas escolas. Sendo assim, o 22º Conselho de Entidades Gerais da UBES, se posiciona contra a militarização das escolas públicas, entendendo o projeto como um ataque à educação dos nossos sonhos. Pela escola dos nossos sonhos e por uma formação cidadã de qualidade! Nossas escolas não são quartéis! Construindo uma nova cultura política por uma escola emancipadora onde moram nossos sonhos

A educação de São Paulo não aceitará o projeto de Escola Cívico-Militar - UPES

Vivemos hoje um período de grandes ameaças à educação paulista, consequências de uma política declarada de sucateamento e privatização dos nossos bens públicos dirigida pelo Governador Tarcísio de Freitas e seu Secretário de Educação Renato Feder. O Governador do Estado de São Paulo, após pressão da direita, em especial da bancada bolsonarista, no dia 07/03/2024 enviou para a ALESP projeto para implementação das escolas cívico-militares em todo o estado. Um dos absurdos do projeto é que ele prevê que o militar irá receber além do que recebe do exército, pouco mais de 300 reais a cada jornada de 8 horas. Tamanha disparidade de remuneração corrobora apenas para descaracterização da escola, desvalorizando ainda mais nossos professores. Além do mais, é consenso entre os especialistas, que esse tipo de filosofia de conduta, disciplina e valores militares tira da escola o seu caráter público, de escola que atende a todos, de uma escola que segue princípios universais para se tornar uma escola que vai funcionar a partir dos princípios da segurança, que são opostos ao que pretende a educação como caminho de emancipação intelectual do nosso povo. A tentativa de imposição da educação cívico-militar representa um retrocesso significativo em relação aos princípios democráticos e inclusivos que devem nortear a educação paulista. Além de não ser compatível com a formação de um ser humano livre, tão pouco garantir o direito à autodeterminação dos indivíduos em suas múltiplas formas de ser e existir, a escola cívico-militar não é eficiente nem para atingir os fins estratégicos a qual se propõe (controle da violência e melhora em índices de aprendizado, representando também uma ameaça direta aos professores, estudantes e todos os agentes da comunidade escolar. Nós não aceitaremos isso, entendendo que, as escolas cívico-militares representam para a educação uma ameaça à democracia nas escolas, pois visa a doutrinação dos alunos e a repreensão de sua liberdade de pensamento, cerceamento da liberdade pedagógica dos professores, ou seja, caminho no qual a extrema-direita no estado deseja que a educação paulista percorra. Nossa luta não é de hoje, em Campinas, cidade do interior de São Paulo, ocorreu em 2019 a apresentação de um projeto para a implantação da escola cívico-militar em uma escola pública da periferia. Nós, junto aos estudantes, nos organizamos contra, culminando na vitória que impediu que fosse adiante essa crueldade. Com a luta é possível barrar mais esse retrocesso. A União Paulista dos Estudantes Secundaristas repudia tal projeto e convoca os conjuntos das entidades sociais, juntamente aos movimentos ligados à defesa da qualidade da educação pública, a assumir um estado permanente de mobilização e agenda de lutas contra a militarização e em defesa de uma escola verdadeiramente democrática.

Moção de Repúdio à continuidade das Escolas Cívico-Militares por governadores mesmo após a decisão do Governo Federal de encerrá-lo - UPES PR

A decisão conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa em encerrar as escolas cívico-militares no Brasil representa uma conquista significativa para a educação nacional. O ambiente típico de uma escola militarizada é caracterizado por uma rígida hierarquia, disciplina militar e controle excessivo sobre os estudantes, fatores que podem inibir a liberdade de expressão, a autonomia dos alunos e o desenvolvimento de um pensamento crítico, essenciais para a formação cidadã plena dos indivíduos.

A educação democrática valoriza o respeito à diversidade, a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizado, a valorização dos professores como mediadores do conhecimento e a promoção de uma cultura de diálogo e debate saudável.

Esse modelo é incompatível com uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno dos estudantes, podendo comprometer o avanço da educação no Brasil.

É crucial destacar que a execução orçamentária do programa enfrentou problemas e os recursos alocados para essas escolas poderiam ser direcionados para áreas educacionais mais urgentes, como a valorização dos professores, o investimento em infraestrutura, a promoção da pesquisa e da inovação no ensino, entre outros aspectos que fortaleceriam a qualidade da educação no país.

Reiteramos nosso repúdio à manutenção do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares em alguns estados brasileiros. O encerramento desse programa é uma decisão acertada, que permitirá a implementação de estratégias mais adequadas para fortalecer a política educacional do País, pautadas na inclusão, na liberdade de ensino e na proteção dos direitos dos estudantes, bem como na promoção de um ambiente educacional seguro e respeitoso para todos.

CONTRA OS CORTES DE 9 BILHÕES NA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO - UPES

Bolsonaro deixou em São Paulo seu filhote, Tarcísio, que em menos de dois anos de governo já tentou acabar com os livros didáticos, privatizar as escolas públicas, acabar com a disponibilização de psicólogos e a distribuição de absorventes nas escolas e, mais recentemente, apresentou à ALESP a PEC 9, que corta do orçamento da educação mais de R\$ 9 bilhões de reais que poderá ser repassado à pasta da saúde. É nítida a necessidade de mais cuidado com a saúde pública no estado de São Paulo, mas “não se descobre um santo para cobrir outro”. Reforçamos que uma pasta não se sobrepõe a outra: educação e saúde precisam ser prioridades iguais e não podem ser encaradas como gastos e sim como investimento. Essa medida pode prejudicar ainda mais a educação pública estadual que já enfrenta grandes desafios. Este corte vai além de simplesmente retirar 9 bilhões da educação; ele representa um retrocesso na educação, comprometendo não apenas as escolas estaduais, mas também os institutos federais e as universidades no estado de São Paulo. Destacamos que a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Os ataques sistemáticos à educação pública perpetrados pelo governo Tarcísio representam um retrocesso inaceitável para a educação. Esse corte afeta diretamente a qualidade do ensino, a infraestrutura das escolas, o acesso a materiais didáticos adequados e também a remuneração justa dos profissionais da educação. Educação não é gasto, é investimento: seguiremos organizados para barrar esse corte criminoso que Tarcísio quer impor à educação paulista, colocando em jogo milhões de futuros dos estudantes das instituições públicas do nosso estado. Nosso compromisso sempre foi e será a luta pela construção de uma educação pública, gratuita, de qualidade e para todos. Queremos que a educação seja vista por esse governo como o que pode mudar o rumo do estado de São Paulo e do Brasil. Os estudantes querem ajudar a desenvolver pesquisas, compartilhar conhecimento, contribuir para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado, mas não dá para fazer isso com as escolas e universidades caindo aos pedaços e correndo o risco de sofrer ainda mais com esse corte, o que pode agravar ainda mais as desigualdades educacionais e sociais entre os estudantes da rede pública e privada. Tarcísio é o inimigo número um dos estudantes paulistas!

Palestina Livre

O que ocorre hoje em Gaza não pode ser chamado de conflito; é um genocídio. Um genocídio que se estende por décadas com o apoio da burguesia ocidental. Em 29 de fevereiro de 2024 o Estado assassino de Israel atualizou seu número de mortes abrindo fogo contra uma multidão de 112 palestinos, que aguardavam por ajuda humanitária, a tragédia ficou conhecida como “Massacre da Farinha”.

Nesse cenário, o processo de extermínio e limpeza étnica do povo palestino não se encerra no campo de batalha, possuindo desdobramentos retóricos e ideológicos que visam legitimar as ações do Estado Israelense, como se a atual situação fosse resumível a uma “Guerra” contra o Hamas.

Ademais, assumir uma posição firme contra o sionismo está longe de ser uma posição antissemita. A agenda sionista propagada pelo Estado de Israel busca equivalência entre ambas com o objetivo de manipular a opinião pública para seus interesses coloniais na região. Ser antissionista significa ser contra o Estado responsável pela Nakba, catástrofe que culminou na diáspora de mais de 700 mil palestinos, expulsos forçadamente de seu território devido à ocupação israelense. Enquanto houver colonização, lutaremos pela autodeterminação dos povos!

Reduzir a conjuntura de Gaza aos acontecimentos recentes é, sobretudo, negar a histórica violência a que o povo palestino é submetido e as suas formas de resistência.

É importante ressaltar que o mesmo genocídio e desumanização vividos hoje pelo povo palestino são vividos também a partir da repressão policial pelo povo preto e periférico nas favelas brasileiras. O mesmo projeto de morte e limpeza étnica apoiado pela burguesia na Faixa de Gaza é o projeto posto pelo estado brasileiro na promoção de massacres em comunidades, como o que está acontecendo agora na baixada santista e no cotidiano das comunidades do Rio de Janeiro. É necessário se solidarizar com as vítimas de ambos os genocídios, já que entendemos que são promovidos pelas mesmas fontes de exploração. Além de que a real libertação da classe trabalhadora só virá a partir da libertação de todos os povos do mundo. Enquanto houver algum povo explorado, nenhum trabalhador será totalmente livre.

Nesse sentido, a solidariedade internacional é fundamental. A solidariedade entre os povos oprimidos é ferramenta da luta anticolonial há anos. Não seria possível que o apartheid promovido na África do Sul tivesse fim sem os movimentos anti-segregacionistas ao redor do mundo. O mesmo precisa se repetir no território palestino!

Com isso, afirmamos nosso compromisso com a luta anticolonial, pelo cessar-fogo imediato na faixa de Gaza, pela autodeterminação de todos os povos e contra o genocídio promovido contra as populações negras e indígenas no Brasil.

Pé-de-Meia para transformar a realidade da Juventude! Moção de Reconhecimento sobre o programa Pé de Meia

Através desta moção, viemos expressar nosso reconhecimento e apoio à mais recente política de assistência estudantil do Governo Lula, o Pé-de-Meia. Um programa que será fundamental para que haja uma transformação social na realidade dos estudantes secundaristas de baixa renda em todo território nacional. Compreendemos que o programa Pé de Meia é bem mais que um auxílio financeiro, é uma ferramenta de inclusão que garantirá que haja oportunidade e condição para que os estudantes brasileiros mantenham-se ocupando as salas de aula, os laboratórios de pesquisa e as primeiras colocações nos vestibulares. É preciso considerar que frente a precarização crescente do mundo do trabalho, esse programa configura-se também enquanto uma política que contribuirá para a transferência de renda para famílias em situação de pobreza, a partir da entrada de uma renda extra nos lares dos estudantes beneficiados. Nos últimos anos, a população enfrentou um período turbulento, marcado por políticas que impactaram negativamente a educação e serviços públicos em nosso país, políticas estas que dificultam o acesso à educação pública de qualidade para a população de baixa renda, políticas estas que acometeram a saúde pública e conseqüentemente a economia e o bem-estar social em nosso país. As políticas de austeridade econômica atrelada a severos cortes de verba para investimentos públicos, aumentaram exponencialmente as proporções do abismo e das desigualdades sociais e regionais do Brasil, uma vez as suas conseqüências atingem de forma desproporcional os estudantes do campo e das cidades, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Por isso, a iniciativa do Governo Lula, através do Ministério da Educação, de criar um programa cujo foco principal é a garantia da permanência dos estudantes secundaristas é tão central no processo de reconstrução das políticas educacionais em nosso país. Através do Pé de Meia, os estudantes têm a chance de acessar recursos financeiros que possibilitam não apenas suas permanências nas escolas, e sim uma oportunidade para que o estudante dê um passo à frente na realização de seus sonhos, com a conquista do diploma. É inegável que o programa Pé-de-Meia fará uma diferença significativa na vida de muitos jovens brasileiros [de nós], estudantes que querem ocupar posições de notoriedade. Esse programa proporcionará também condições dignas de vida e oportunidades de construir um futuro melhor para a Juventude do Brasil, para suas comunidades e servirá como modelo, para que outras nações se espelhem em nós. Além disso, ao fazer investimentos em educação, o que não ocorreu no governo passado, estamos investindo no desenvolvimento social e econômico de nosso país. Por fim, o XXII CONEG da UBES reconhece a relevância política e os esforços dedicados à implementação do programa Pé de Meia, a partir da luta histórica do Movimento Estudantil por políticas de assistência e permanência no Ensino Médio público, e reafirma seu compromisso em continuar lutando por políticas públicas que promovam e garantam a igualdade social e o bem-estar de toda juventude brasileira.

RESOLUÇÕES APROVADAS NO 22º CONEG DA UBES

CONJUNTURA

RESOLUÇÃO

Depois de quatro anos de muitos ataques aos estudantes e à educação, ***temos um Brasil diferente, com ar de esperança. Derrotamos o maior inimigo da educação de todos os tempos e pior presidente da história do período democrático do país***, Jair Bolsonaro, cujo governo foi marcado por sucessivos retrocessos e desmontes de políticas públicas importantes, marcando o descaso com a vida dos brasileiros e brasileiras. Nosso país ficou completamente devastado e com um cenário de destruição e abandono em todos os setores, principalmente na educação. Foram duros anos de muita luta e mobilizações ocupando as ruas para barrar todos os ataques. Dormíamos e já acordávamos pensando em qual direito tínhamos perdido naquele curto intervalo de tempo. Eram sucessivos cortes no orçamento das redes federais de ensino, a precarização da estrutura das escolas públicas era realidade e o baixíssimo orçamento deixado para a educação através da LOA de 2023 era insuficiente para a educação funcionar até em duras condições.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas foi essencial para mudar esse quadro. Os estudantes brasileiros elegeram o presidente Lula com a campanha que tirou mais de 2 milhões de títulos de eleitores da juventude e devolveu a esperança à juventude brasileira. A campanha “se liga, 16” já é uma marca histórica da UBES, mas em 2022 foi uma das edições mais significativas, afinal de contas, foram aproximadamente dois milhões de votos que diferenciaram o primeiro do segundo colocado no segundo-turno das eleições daquele ano. Possibilitando, com isso, a derrota eleitoral do fascismo e a vitória do programa democrático de reconstrução do país.

Esse novo ciclo no Brasil é marcado por importantes vitórias, como a complementação do orçamento da educação, a ampliação da rede federal de ensino, a renovação e ampliação da lei de cotas, o aumento do salário mínimo, o aumento do PIB, a diminuição da fome com o retorno de programas fundamentais para a redução das desigualdades sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, mas há também muitos desafios. A UBES deve cumprir um papel estratégico na construção do êxito do governo, mas assim como já falamos em outros tempos, nosso nome é povo na rua, pois só com mobilização social e ocupando as ruas, seremos ponta de lança na defesa dos nossos direitos e da democracia. Para que possamos avançar nas lutas estudantis.

Mas para concretizar a reconstrução do país e implementar o projeto de desenvolvimento nacional de que o Brasil necessita, é preciso reduzir os juros, aumentar qualitativamente os investimentos públicos e basear a economia em uma indústria nacional forte, que propicie uma maior geração de emprego e renda, o que não será possível no âmbito do arcabouço fiscal e da irrealista e submissa meta de déficit zero.

Além disso, é importante ressaltar que o bolsonarismo ainda está muito presente em nossa sociedade e segue se organizando para defender suas ideologias. Exemplo disso foi o recente atentado à democracia brasileira em 8 de janeiro de 2023, no qual milhares de seus apoiadores tentaram destruir todos os símbolos do estado democrático de direito e

mais recentemente a eleição de Nikolas Ferreira para a Comissão de Educação, e também o dia 25 de fevereiro, que demonstrou a capacidade de mobilização de rua desses setores fascistas. Por isso, mais do que nunca a UBES junto aos movimentos sociais devem seguir nas ruas em defesa da democracia e pela prisão do Bolsonaro e os golpistas, construindo os calendários de lutas que relembrem essa data e todos os episódios de ameaça à democracia inseridos na história do país. Não podemos esquecer, por exemplo, do quanto a ditadura militar foi prejudicial ao Brasil. A proibição da organização dos estudantes, a censura e o desaparecimento, tortura e morte de figuras políticas não podem ser esquecidos. Os movimentos sociais devem fazer essa defesa com muito afinco. É papel da UBES resgatar à memória, no marco dos 60 anos que a ditadura militar foi instalada, os vários estudantes secundaristas que tombaram neste processo. Por Edson Luís, Joel dos Santos e tantos outros que tiveram suas vidas ceifadas pelos militares.

Com muita mobilização desde o primeiro dia do novo governo federal, a UBES encabeçou grandes lutas em defesa da escola pública e pautando com muita força a revogação do Novo Ensino Médio, nos trazendo para um dos momentos mais decisivos dessa pauta. O movimento estudantil secundarista foi o principal mobilizador nesse período, com manifestações nacionais, que ocuparam as ruas de todo país, impulsionando todo movimento social em torno desse tema. Passagens em sala e manifestações de rua se somaram à nossa luta institucional fortemente travada no Congresso Nacional, que garantiu a construção de relações que nos fizeram chegar a um momento bem próximo à revogação do NEM, mas é necessário seguirmos mobilizados para garantir essa vitória.

O principal desafio que está colocado para nossa geração é **revogar o Novo Ensino Médio**, mas para transformar a educação brasileira, não é só isso. Precisamos também derrotar o projeto de escola cívico-militar de uma vez e formular um PNE à altura dos nossos sonhos. Temos que convocar secundaristas de norte a sul para defesa da educação. A UBES tem o desafio de reforçar o importante papel social que a escola pública cumpre, formular sua concepção acerca da escola que queremos e lutar pela garantia de que cada jovem do país possa permanecer na escola, com qualidade - alimentação, segurança e cultura. Além disso, o incentivo a todo jovem secundarista a tirar seu título eleitoral também se torna central esse ano, já que é primordial elegermos pessoas que de fato defendem a educação para concretizarmos nossas lutas também nas cidades. Por último, organizar os estudantes secundaristas em redes para mudar a educação brasileira e vencer todos esses desafios com muita garra, alegria e rebeldia.

EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO

É na sala de aula que se muda uma nação

Durante quatro longos anos, a educação passou por um ataque atrás do outro. **O governo Bolsonaro foi o inimigo número 1 dos estudantes e da educação brasileira.** Mesmo após sua saída da presidência da república, ele deixou consequências a diversos setores do governo e a educação foi um deles. O orçamento previsto para educação pela LOA 2023 e deixada por Bolsonaro, não era suficiente nem para manter as escolas funcionando até o fim do ano. Mas, com a pressão de estudantes secundaristas do Brasil inteiro, conquistamos a complementação do orçamento, carregando assim uma importante conquista já nos primeiros dias do novo governo, entretanto os desafios continuam pairando sobre o ar.

O que não se pode negar é que a principal pauta do movimento estudantil do último período foi o Novo Ensino Médio, popularmente conhecido como “NEM”. Para além, de um modelo de educação, o “NEM” apresenta uma concepção de sociedade, calcado na lógica do neoliberalismo, que precariza a escola pública e fortalece as desigualdades sociais, construindo dois modelos distintos de escola no Brasil, sendo as públicas para formação de mão de obra barata para o mercado e as privadas para a formação intelectual e acadêmica de seus estudantes. O Novo Ensino Médio é debatido desde 2012 pelos estudantes, mas recentemente tomou proporções que deixaram explícito que esse é um modelo insustentável. Na teoria, um modelo para modernização da escola pública, mas, na prática só a torna menos atrativa, menos estratégica e menos democrática. A proposta inicial era de fazer com que as escolas fossem se tornando integral com o passar do tempo, o que feito de forma correta, poderia contribuir na retomada de um projeto que iniciou lá no século XX com Anísio Teixeira e ganhou notoriedade com o nome de Darcy Ribeiro e Brizola no Rio de Janeiro ao lado dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). A implementação de uma escola integral contribuiria para diminuir o abismo social existente e garantir um auxílio para os jovens de baixa renda, colocando a educação no centro da resolução, oferecendo os direitos básicos de alimentação, atividades esportivas, acesso à cultura e lazer. A luta por uma universalização do ensino integral de qualidade é necessária para construção de um Brasil mais igualitário e o avanço na educação pública.

No entanto, com a atual reforma proposta de Novo Ensino Médio, não ocorreu a transição adequada dos modelos de ensino, dificultando o avanço na educação. A maioria das escolas não possui uma boa estrutura física, laboratórios e materiais didáticos adequados para essa mudança, assim como a falta de preparo dos professores para receber esse novo modelo, abrindo brechas para o “notório saber”, esvaziando o papel do professor como agente de construção do conhecimento. Podemos observar também a flexibilização do currículo, que em alguns casos é importante, mas que foi feita de uma forma sem clareza e direção, fazendo com que as próprias secretarias de educação, escolas ou estudantes fiquem perdidos. Como consequência das flexibilizações, o NEM traz consigo a instalação dos itinerários formativos, que são grupos de disciplinas eletivas que ocupam e excluem os horários de disciplinas tradicionais como biologia, física e química; fazendo com que os estudantes de escolas públicas tenham dificuldade em prestar os vestibulares e os colocam em posição de desigualdade em relação aos estudantes de

escolas privadas, que se mantêm com o currículo normal e usam os itinerários como reforço para suas disciplinas. Além disso, tais itinerários formativos aprofundam a divisão sexual do trabalho ao implementar disciplinas que estão relacionadas ao trabalho doméstico e que são direcionadas às meninas.

Com suas aulas de brigadeiro caseiro e de TikTok, o ensino médio brasileiro atual não está à disposição de fazer os estudantes terem perspectivas de futuro, ou se quer ingressar em uma Universidade. Afinal, vimos nos últimos anos os menores índices de inscrição no Enem e neste último Enem, dos alunos que tiraram nota mil na redação, apenas 6,6% eram oriundos de escolas públicas. Tudo isso deve nos fazer lembrar também que esse modelo foi implementado sem a escuta dos estudantes e de toda comunidade escolar, além de não incentivar a participação político-social dos educandos, deixando explícito o seu caráter antidemocrático. Em nossas mobilizações, também podemos visualizar algumas contradições nesse novo modelo de ensino médio, como, por exemplo, o seu conflito com a BNCC, levando-nos a observação que uma “não-homogeneização” faz com que as disparidades sociais se acentuem.

Fomos os principais inimigos desse modelo, não demos um minuto de paz aos defensores do NEM! Construimos uma nota técnica, que foi elaborada após um ano de escuta aos estudantes e visitas em escolas de cada canto do país, que produziu um longo estudo com todos os pontos observados em nossas análises.

Fizemos nossa aula na rua. Fomos nós a galera rebelde que paralisou todo país em defesa de um novo modelo de escola e **conquistamos avanços importantíssimos para os estudantes secundaristas, como a retirada do FUNDEB do arcabouço fiscal e a construção do projeto de lei nº 5230/23, que modifica o Ensino Médio e revoga o modelo vigente.** Esse é um dos momentos mais próximos à revogação que já chegamos desde o início da nossa luta, mas temos grandes desafios a superar já que derrotamos Bolsonaro nas urnas, mas ainda ficamos com um Congresso Nacional extremamente conservador.

A relatoria do projeto de lei nº 5230/23 que construimos em conjunto com todo setor da educação, por exemplo, foi entregue ao deputado Mendonça Filho (União/PE), considerado o “pai” da reforma e que alterou todo teor do novo projeto. Fazendo com que a UBES, inclusive, convocasse uma Blitz que impedisse a votação do projeto, ao passo que também apresentou a opinião dos estudantes a cada deputado. Por conta da difícil correlação de forças no Congresso, alguns avanços têm sido difíceis e a expectativa é que se dificulte ainda mais, já que recentemente tivemos a indicação de Nikolas Ferreira à presidência da Comissão de Educação, que é uma importante ferramenta do parlamento para a construção de políticas públicas para a educação brasileira. O deputado tem um perfil de ataque à educação, ao livre direito de organização dos estudantes, além de ser um principal aliado do bolsonarismo e que tem a intenção de direcionar a comissão a assuntos que nada têm a ver com a educação e sim com factoides políticos.

É na sala de aula que se muda uma nação. Estudos internacionais e nacionais demonstram que alguns estudantes passam mais tempo na escola do que em casa, por isso, cabe aos secundaristas pautar uma escola que tenha a nossa cara, acolha as nossas necessidades e que coloque os estudantes no centro do debate. Uma coisa que ficou

bastante explícita em todo esse período é a sensação de impotência e frustração deixada aos estudantes secundaristas. Enquanto não compreendermos a escola como um meio de transformação social importante, não conseguiremos avançar enquanto país. A UBES é essencial no processo de resgatar esse valor e apresentar a escola como uma arma de combate às desigualdades: desde o combate à fome e até a violência; pautando que a escola seja um espaço diferente, onde a juventude possa sonhar e seja acolhida, um espaço livre de opressões, onde os estudantes contribuam diretamente no desenvolvimento regional através da ciência, o nosso objetivo deve ser tornar a escola mais atrativa e combater o alto índice de evasão escolar. Além disso, a escola também deve ser um espaço onde a tecnologia não seja vista como inimiga, mas como um vetor de conhecimento.

Demarcando também a escola como um território importante para socialização e formação do ser-humano, principalmente porque ainda esse ano temos inúmeras iniciativas de parlamentares conservadores para flexibilizar esse espaço defendendo propostas como o homeschooling. É nosso papel defender a valorização desse espaço, lembrando que estamos num país onde temos muitas famílias em situação de vulnerabilidade, sem acesso à internet e condições básicas de saúde, como rede de esgoto. Associar diretamente o processo educacional aos lares das pessoas, pode ser perigoso quando pensamos no número de pessoas em situação de violência doméstica. Não excluindo as próprias contradições que a escola apresenta, podendo ser violenta quase na mesma medida. Vale colocar também que essa proposta, no Brasil, vem com a intenção de não dar abertura à formação crítico-social que a escola proporciona e com o objetivo de blindar os estudantes de diferentes pontos de vista que contribuem para sua formação individual.

Nossa atuação de lá pra cá trouxe diversas conquistas para educação e que agora estão marcadas no DNA da nossa entidade. No novo ciclo no país, trouxemos o debate da alimentação escolar, tema tão importante para garantir que os estudantes permaneçam estudando, principalmente se tratando de um país inserido num contexto de grande disparidade socioeconômica e de altos índices de evasão escolar. Através de muitas passagens em sala e ações simbólicas garantimos um reajuste nos valores do Plano Nacional de Alimentação Escolar, mas que ainda é insuficiente e continua nas nossas pautas de luta.

Um tema bastante discutido por toda comunidade escolar foi a segurança nas escolas. Toda sociedade brasileira passou a discutir o problema da violência nas escolas, que pode ser compreendida de diversas formas, como, por exemplo, a normalização do bullying em sala de aula ou a falta de profissionais capacitados para auxiliarem psicologicamente os estudantes de modo geral. Por isso a UBES lançou uma grande campanha de Paz nas Escolas, para buscar meios de construir uma escola que não tolere a violência, mas que também trate dos problemas de forma qualitativa. Pesquisas comprovam que a violência está relacionada à falta de compreensão de seu indivíduo ou da falsa sensação de não ser compreendido. Isso pode ser tratado através de mais cultura e esporte nas escolas, com debates acerca da saúde mental dos estudantes, garantindo a efetivação do PL 3599/23 que implementa a contratação dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas, além de pautar o combate às opressões.

Ao mesmo tempo, surge o errôneo debate de militarização das escolas, com a falsa sensação de que assim as escolas seriam menos violentas, quando, na verdade, esse aspecto se contradiz quando observamos os dados e vimos que tem escolas militarizadas que já passaram por episódios de violência. Esse debate surge para perpetuar um modelo que tem como objetivo o domínio e controle dos estudantes, e indo além, um modelo que também normaliza a violência aos estudantes inseridos em minorias. A UBES tem a responsabilidade de seguir na defesa de uma escola livre, onde os estudantes tenham a liberdade de ser quem são e não sentir medo.

A escola pública no Brasil tem o papel de ajudar na superação das desigualdades sociais e para comprovarmos isso é só analisarmos a quantidade de estudantes que dependem da alimentação escolar para sua nutrição diária. Compreendemos então que o investimento na educação é central para a mitigação dessas discrepâncias, sendo assim, temos que resguardar todo e qualquer fundo de financiamento. O Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), por exemplo, é um importante mecanismo que garante o recurso mínimo necessário para a manutenção de uma escola. Tem um papel crucial na redução das disparidades, para que todo jovem tenha um ensino de qualidade sem que sua condição social ou territorial importe. Há diversas iniciativas para que esse fundo se encerre, entretanto, a UBES, entidade que criou o fundo, segue na linha de frente na proteção desse orçamento. Essa gestão garantiu que o FUNDEB fosse retirado do Arcabouço Fiscal, que limita a capacidade de investimento do governo. E é papel da próxima que virá a incansável luta pela manutenção desse fundo, mas também apresentar a cada estudante brasileiro essa conquista, aglutinando forças e convocando os verdadeiros defensores da escola pública para a batalha. Só a gente que está no dia-a-dia da escola sabemos como é ruim não ter uma estrutura boa ou até mesmo perder diversas aulas porque não teve merenda. Isso não pode ser normalizado e precisa ser combatido.

Esses planos e metas também passam pelo desafio de aprovar e construir um Plano Nacional de Educação que dialogue com essas necessidades. Essa foi a disputa da UBES ao participar da edição de 2024 da Conferência Nacional de Educação. Ter um PNE que coloque em prática nossos enfrentamentos, seja pela Revogação do Novo Ensino Médio ou por mais investimentos na educação, já que são pautas que não se divergem e que tem tudo a ver com o plano, tem o dever de garantir equidade e qualidade para a educação brasileira.

O ensino técnico é fundamental para o desenvolvimento nacional, são os estudantes das escolas técnicas que estão na linha de frente desse avanço, seja nos laboratórios ou nas salas de aula de todo país. Sem sombra de dúvidas, é essencial para formação técnica-profissional de muitos jovens; mas que agora, infelizmente, por conta do desmonte das políticas públicas no Brasil, não é mais uma opção a muitos desses. Entre colocar arroz e feijão dentro de casa e entrar na escola técnica, a segunda opção não tem sido escolhida, seja por conta das faltas de perspectivas ou até mesmo pela necessidade.

A pergunta que fizemos durante a gestão da UBES era: se a juventude em sua maioria não está nas escolas, onde estão? Nas plataformas de entrega, no subemprego? Para mudarmos os rumos dessa possível resposta é de responsabilidade da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas travar uma luta para colocar essa galera dentro

das salas de aula e formá-la para ocupar o mercado de trabalho qualitativamente. As escolas técnicas estaduais, por exemplo, são fundamentais e desempenham um papel crucial para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país. Cada rede de escola técnica estadual apresenta sua política de educação a partir de suas características. A rede técnica estadual de ensino deve garantir e fomentar a produção de ciência, tecnologia e inovação e não se deixar levar pela lógica mercadológica.

Ademais, outro desafio que colocado para nossa geração é a ampliação dos Institutos Federais. Para nós, o IF tem o mais avançado projeto político-pedagógico e precisa ser um sonho possível a cada jovem brasileiro, e para isso, precisamos levar esse projeto para cada canto do país. Nessa perspectiva, lançamos no último ENET, o IF FAVELADO, campanha que luta em defesa da ampliação dos IFs para as periferias e comunidades.

Sabemos que apenas a ampliação não é suficiente para suprir nossas necessidades em relação aos Institutos Federais, ainda temos institutos em todo território nacional que precisam de atenção. Igualmente, um outro desafio que nos está imposto é o processo de consolidação dos Institutos Federais. Somos a geração da inquietude e não aceitamos qualquer coisa. Quando falamos em consolidação, falamos em garantir, a quem já entrou, a melhor estrutura, assistência e política educacional possível. A garantia e a manutenção do tripé: ensino, pesquisa e extensão está diretamente ligado à consolidação dos Institutos Federais, como um dos únicos modelos de ensino capaz de contribuir para o desenvolvimento e garantia da soberania nacional. Mesmo após quinze anos da primeira implementação dos IFs, ainda há institutos com o seu projeto inacabado, alguns inclusive ainda sem estruturas básicas como: biblioteca, quadra e refeitório.

Por isso, apresentamos o projeto “IF Sem Fome”, campanha que vai lutar pela construção dos refeitórios e bandejeões em todos os IFs. Ninguém consegue estudar com fome. A falta de merenda é a principal pauta do movimento estudantil dos IFs e a principal fonte de evasão dos estudantes. Mas de uma coisa não há dúvidas: nas escolas técnicas em todo país, há luta política sendo mobilizada e é dever da UBES encabeçar e se engajar nesta luta, para garantir inclusive que tenhamos mil unidades de institutos federais até o fim desse governo, dando atenção aos campi que já existem e carecem de recomposição do orçamento. As palavras de comando que devem seguir os estudantes secundaristas de ensino técnico são “ampliar e consolidar”.

A UBES está presente em vários momentos históricos do nosso país, mas o que não pode faltar nesse legado é a conquista do Programa Pé-de-Meia, uma bolsa de assistência estudantil que garante ao jovem estudante uma quantia de dinheiro por mês e também ao finalizar o ensino médio. Isso é um estímulo direto à juventude, que precisa permanecer estudando e desenvolvendo nosso país. Essa é uma marca da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, que deixa de presente às próximas gerações essa medida que é tão importante. Valorizar a educação é valorizar o futuro do nosso país. Somos o futuro, mas também o presente, estamos transformando o Brasil agora. Já deu de uma escola que não nos caiba, nossa luta é para ver todo mundo dentro da escola planejando o amanhã e mudando o hoje, só conseguiremos concretizar isso, com a organização dos secundaristas em rede para gritar numa só voz: o Brasil é nosso!

MOVIMENTO ESTUDANTIL RESOLUÇÃO

UBES na base: Organizar os estudantes, transformar a educação!

Eu me organizando posso desorganizar. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em conjunto com a União Nacional dos Estudantes foram as principais entidades da luta estudantil e do movimento social capazes de organizar em unidade os diversos movimentos de juventude em prol da defesa da educação. Com nossas constantes mobilizações e atividades, a luta dos secundaristas brasileiros se torna uma referência frente aos anseios da juventude brasileira. Entretanto, é necessário também seguir lutando pela redução dos juros altos e estancar a sangria que é o repasse do dinheiro público para o bolso dos banqueiros. Queremos mais para a educação, para a ciência e para o desenvolvimento nacional!

É importante destacar o papel do Seminário de Educação da UBES na elaboração dos rumos da nossa rebeldia, inaugurando um novo ciclo de lutas pela revogação do Novo Ensino Médio, a partir dessa atividade pudemos ter um parâmetro para direcionar nossa luta. Demos início, após o seminário, a construção atos e mobilizações em todos os Estados do país. Além disso, podemos também citar o que foi o ENET da UBES: fizemos dessa atividade um grande laboratório da rebeldia, com muitas ideias incríveis para melhorar o lugar que vivemos. As características mais marcantes das atividades dessa gestão da UBES foram os seus formatos diferenciados e interativos, trazendo um ponto de conexão mais próximo aos secundaristas brasileiros.

É necessário que a próxima gestão da UBES continue formulando e inovando nas metodologias das suas atividades para que possamos avançar no debate acerca da construção da escola que queremos. Precisamos, também, defender a centralidade da transformação da escola pensando em um ambiente mais acolhedor e mais atrativo para os secundaristas brasileiros, um instrumento para isso pode ser o Circuito de Cultura Secundarista da UBES, que com suas campanha de arte, cultura e comunicação pode mudar a imagem da educação no Brasil.

Com nossas mobilizações em defesa da revogação do Novo Ensino Médio, fizemos nossa luta se tornar a principal pauta de discussão em todo setor educacional do país. Isso se deu pelo estabelecimento de um claro calendário de formulação e construção descentralizada com os estudantes da base do movimento estudantil: os grêmios.

Com uma construção orgânica, a missão é fazer com que essa construção não seja de cima para baixo, mas em conjunto com os grêmios estudantis e entidades de todo o país. O novo ensino médio só está cada vez mais próximo de ser revogado por conta da construção dessa galera, com suas mobilizações de massa e com o peso da revolta que todo estudante secundarista carrega. A organização dos estudantes secundaristas em rede para revogar o novo ensino médio deve ser a principal meta do próximo período, para que assim possamos empregar uma derrota central para os setores de extrema-direita e neoliberais de nosso país. Só em unidade e a partir de muita mobilização popular que mudaremos o modelo educacional do Brasil.

Vale ressaltar que em alguns territórios as Secretarias de Educação vem de maneira arbitrária e inconstitucional dificultando a livre organização dos estudantes, muitos veem o grêmio estudantil como uma ameaça e precisamos combater isso. Precisamos garantir a autonomia estudantil e com toda nossa rebeldia garantir que qualquer estudante tenha direito a se organizar dentro da sua escola.

A UBES no último período tornou-se uma das protagonistas nas mobilizações acerca da defesa do passe livre. Nossas mobilizações em defesa do transporte público pra geral deu tão certo que conseguimos garantir passe-livre irrestrito nos dias de ENEM. Nossa luta é para que não seja apenas no dia do ENEM, mas todos os dias, incluindo finais de semana. O direito à cidade é fundamental , entendendo o acesso à escola, à cultura e à cidade enquanto direito de todos. **A cidade é nossa!**

Para além desses aspectos, uma de nossas principais tarefas enquanto esquerda brasileira e movimentos sociais organizados é empregar a derrota por completo, a nível social e ideológico, da extrema-direita em nosso país. Isso só será possível a partir da luta em unidade, da retomada das ruas e a construção de uma sólida agenda política comum da esquerda. Por isso, ressaltamos a importância dos atos do dia 23 de março, que irão às ruas com o mote: “Sem anistia para os golpistas!. É a hora de retomarmos as ruas em defesa de nosso país e da educação que queremos! A UBES se soma a essa convocação e vai às ruas!

CARTA AOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS: um chamado às ruas, sem anistia para quem ataca a democracia

Estamos vivendo o início de um novo ciclo político no nosso país, marcado pela digital das e dos estudantes secundaristas, que nos inspira a sonhar com um Brasil mais justo, inclusivo e democrático, após anos de obscurantismo. No entanto, são também tempos desafiadores que exigem de nós a capacidade de permanecermos organizados nas ruas em defesa dos nossos direitos e da democracia.

Construímos uma grande derrota do bolsonarismo nas urnas, mas queremos derrotá-lo também nas ruas, para impedir que atos antidemocráticos como o atentado à democracia brasileira em 8 de janeiro de 2023 e mais recentemente, o ato de 25 de fevereiro não se repitam. Tais acontecimentos demonstram uma organização ainda muito forte da extrema-direita que com cerca de 160 mil pessoas foram até a Av. Paulista em apoio a Jair Bolsonaro e em detrimento da democracia pedir a anistia dos golpistas. Nós, secundaristas brasileiros, precisamos continuar organizados nas ruas pela prisão de Bolsonaro e de seus aliados golpistas. Ainda, o bolsonarismo conta com continuadores fiéis da sua política nas instituições, como é o caso de Lira, presidente da Câmara, que encomendou o relatório de Mendonça Filho contra a revogação do Novo Ensino Médio.

Se do lado de lá estão os que defendem as escolas cívico militares, o homeschooling, a reforma do Novo Ensino Médio, atacam as políticas públicas e perseguem as organizações, aqui estão os que resistem, ocupam as ruas e lutam por uma escola e um Brasil do tamanho dos nossos sonhos e nesse novo país que construiremos não haverá espaço para a velha escola, antidemocrática, sem conectividade, sem estrutura, que não nos prepara nem para a universidade, nem para o mercado de trabalho, nem para a vida; não haverá espaço para quem tenta calar os estudantes, resgataremos a memória dos estudantes secundaristas que sacrificaram suas vidas durante esse período sombrio, marcado pelos 60 anos de instauração da ditadura militar, em nome de causas como a liberdade e a justiça. Em memória de Edson Luís, Joel dos Santos e tantos outros que foram vítimas dos abusos do regime militar, seguiremos lutando por memória, verdade e justiça, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

A história nos ensina que são os movimentos populares, guiados pela voz dos jovens e comprometidos com valores democráticos, que têm o poder de transformar sociedades. É hora de erguemos nossas vozes em solidariedade à democracia, contra qualquer forma de autoritarismo, opressão e retrocesso. Somos jovens diretamente envolvidos na construção de um país justo e livre, convocamos todos os estudantes secundaristas a se unirem a nós nas ruas em um movimento em defesa da democracia. A história nos ensina que são os movimentos guiados pela voz dos estudantes que têm o poder de transformar sociedades. É hora de erguemos nossas vozes em defesa da democracia, contra qualquer forma de autoritarismo, opressão e retrocesso.

Mais do que nunca, é fundamental que a UBES, juntamente com os movimentos sociais, permaneça nas ruas em defesa da democracia e pelo cumprimento da justiça, responsabilizando aqueles que ameaçam os pilares democráticos, sem anistia aos que

representam um projeto que ataca diretamente os direitos do nosso povo e a nossa democracia! É Bolsonaro na prisão!

Nesse 22º Conselho Nacional de Entidades Gerais da UBES, convocamos os estudantes secundaristas de todo o país a ocuparem as ruas somando às mobilizações puxadas pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo nos dias: 23 de março sem anistia para golpistas e dia 31 à 01 de abril dias nacionais de luta por memória, verdade e justiça em descomemoração dos 60 anos da ditadura militar e a jornada de luta pela educação puxada pelas entidades estudantis no dia 03 de abril pela revogação do novo ensino médio e pela recomposição do orçamento das universidades e institutos federais.

São Paulo, 16 de Março de 2024.